



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS		
EVENTO: Reunião ordinária	Nº: 0771/06	DATA: 31/5/2006
INÍCIO: 14h45min	TÉRMINO: 15h51min	DURAÇÃO: 01h06min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h06min	PÁGINAS: 26	QUARTOS: 14

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Deliberação de requerimentos. Apresentação do roteiro de trabalhos da Comissão. Aprovação da proposta de oitiva do Sr. Marcos Camacho no Presídio de Presidente Bernardes.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há orador não identificado.
A reunião foi transformada em reservada.
O final não foi gravado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, declaro aberta a 68^a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Passo a palavra ao Relator, para algumas considerações iniciais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que acompanha esta nossa sessão, eu quero fazer aqui esta breve manifestação mais para que fique consignado, que fique de maneira permanente registrada nesta Casa a importância, a relevância, Sr. Presidente, da histórica reunião do Conselho Nacional de Justiça que ocorreu no dia de ontem, onde nós tivemos a oportunidade — o senhor, como Presidente, e eu, como Relator — de representar esta Casa e esta Comissão e onde foi acolhido, por unanimidade, um requerimento, uma proposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito onde o Conselho Nacional de Justiça recomenda a todos os Tribunais de Justiça do País a criação de varas especializadas no combate ao crime organizado, bem como encaminha para a criação destas varas no âmbito da Justiça Federal.

Eu entendo, Sr. Presidente, que esse fato, por si só, justifica todo o trabalho que vem sendo desenvolvido por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, não somente pelos Deputados, mas por toda a nossa equipe de assessoria, os delegados da Polícia Federal, agentes da Polícia Federal, assessores de trabalho desta Comissão Parlamentar.

Há muitos meses, nós temos defendido a idéia de que é necessária uma especialização da sociedade brasileira no combate ao crime organizado. Já temos delegacias especializadas em diferentes Estados da Federação, já temos grupos especializados no âmbito do Ministério Público, no entanto, até hoje, nós nunca tivemos esse nível de especialização dentro do Poder Judiciário. Isso muitas vezes tem trazido transtornos, dificuldades no encaminhamento das investigações. Mais do que isso, a criação dessas varas que nós pretendemos, e assim se manifestou o Conselho, itinerantes poderão inclusive proporcionar uma política de proteção maior aos agentes públicos que tomam decisões, não só a respeito das penas, mas também com relação ao regime de cumprimento das progressões, da determinação dos regimes disciplinares diferenciados.

Então, Sr. Presidente, quero, na sua pessoa, Deputado Moroni Torgan, cumprimentar toda a equipe desta Comissão Parlamentar de Inquérito, repito, não



só os Srs. Deputados e Deputadas, mas também toda nossa assessoria, todos os técnicos que acompanham esse trabalho e apóiam esse trabalho, porque considero a reunião que nós realizamos ontem uma reunião histórica, onde a nossa proposição foi acolhida. E é nesta direção que vai avançar o trabalho de elaboração do nosso relatório. Vamos apresentar várias idéias, propostas objetivas, concretas, que têm esta finalidade: apontar soluções para as fragilidades que nós identificamos na capacidade de combate da sociedade brasileira ao crime organizado, em especial nos crimes que dizem respeito ao tráfico de armas e de munição no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu quero fazer minhas as palavras do Relator e dizer que foi uma grande vitória desta CPI. O que foi votado no Conselho Nacional de Justiça é histórico. Nós conseguimos, com o trabalho da CPI, que o Conselho Nacional de Justiça recomendasse a criação de varas especializadas de combate ao crime organizado, em todos os níveis no País, na Justiça Estadual e na Justiça Federal. Isso é um grande passo no combate ao crime organizado, sem dúvida nenhuma.

Eu quero aqui render a minha homenagem à Ministra Ellen Gracie, Presidenta do Supremo Tribunal Federal, que deu todo o apoio ao nosso trabalho durante todos esses encontros que nós tivemos.

Nós vamos mostrar um roteiro de trabalho feito pela Presidência e pela Relatoria a ser apresentado à Comissão, e eu acredito que nós não teremos grandes problemas.

Havendo número regimental, pergunto ao Plenário se há necessidade de ler a ata da 67^a reunião.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Sendo dispensada a ata, coloco-a em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a ata da 67^a reunião.



Informo aos Srs. Parlamentares recebimento de ofício do Deputado Luiz Couto justificando ausência no dia 25 de maio por ter estado em missão oficial na região amazônica.

A presente reunião será para deliberação de requerimentos, bem como apresentação do roteiro de trabalho até o fim da CPI, que o Relator fará posteriormente.

Requerimento nº 230, de 2006, do Sr. Alberto Fraga, que *"solicita seja convidado o Ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Paulo Fernando da Costa Lacerda"*.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Alberto Fraga.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, na verdade, eu já adiantei que seria um convite, uma vez que nós queremos e precisamos dentro da própria CPI resolver algumas questões pendentes.

Eu fiz um requerimento de informações recente, até agora não me chegou a notícia e a resposta. É sabido e conhecido por todos que a campanha a favor do desarmamento recolheu das ruas em torno de 470 mil armas de fogo. No entanto, Sr. Presidente, para surpresa de todos nós, eu, ao indagar quantas munições foram destruídas — pasme, prezado Relator —, não foi destruída nenhuma munição!

Se 470 mil armas foram entregues voluntariamente, onde está a munição? Porque é óbvio que 1, 2, 3 mil armas possam ter sido entregues sem a munição, mas não é normal.

Portanto, o que existe — eu já fiz o requerimento de informação — é que alguém precisa explicar, porque o Exército disse que não destruiu a munição, a Polícia Federal não sabe onde foi a munição e disse que entregou para o Exército. O Relator poderia analisar e avaliar bem essa denúncia, porque é uma denúncia. Eu quero saber onde é que está a munição, porque eu tenho até dito, na época do desarmamento, que o que mata verdadeiramente é a munição. A arma sem munição não mata, mas é exatamente o instrumento que provoca a morte que está desaparecido.

Então, era isso que eu queria. O convite é neste sentido: que o Ministro e o Diretor da Polícia Federal expliquem. Faltou aqui — e aqui o Deputado Luiz Couto acrescenta com muita propriedade — o General Rosalvo, que é o encarregado de



receber todo esse material para destruição, e até agora não apareceu absolutamente nada.

Portanto, na verdade, não tem nada a ver com política, o que nós queremos é que o Ministro da Justiça venha aqui e dê uma explicação.

E o segundo ponto, para que todos possam compreender e até mesmo se a gente conseguir dar uma definição decisiva, é a questão do recadastramento. Nós sabemos que agora, em dezembro, milhões e milhões de brasileiros vão recadastrar suas armas, outros, em virtude de uma taxa elevada, não irão recadastrar suas armas. Portanto, eu quero que o Ministro decline aqui qual é o pensamento dele: é melhor o Governo Federal saber quantos brasileiros possuem armas ou é melhor ele fingir que não está vendendo? Se você tem uma arma, Deputado Moroni, se V.Exa. tiver uma arma que custa 300 reais, V.Exa. não vai pagar um recadastramento de 350, 400 reais. Portanto, gostaria que o Ministro da Justiça viesse para que pudesse nos explicar: vai cobrar a taxa? Essa taxa é tão importante assim? Não é melhor nós termos conhecimento de quantos cidadãos brasileiros possuem armas dentro de casa legalmente? Ou vamos empurrar milhões e milhões de brasileiros, vamos jogar milhões e milhões de brasileiros para a ilegalidade, já que o referendo definiu que é contra a proibição do comércio?

Eu só quero uma legalização, para evitar que um pai de família, honrado e trabalhador, possa ser preso por crime inafiançável por estar com uma arma de fogo dentro de casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Raul Jungmann.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGmann - Sr. Presidente, durante o referendo, eu tive uma posição diametralmente contrária ao Fraga, que coordenou por um lado, que foi o vitorioso, e nós, do outro lado. Agora, sinteticamente, as questões que o Fraga coloca eu acho que ele tem razão, elas têm sentido. Portanto, eu também me associo ao convite que ele pede que seja aqui aprovado, da presença, para exatamente esclarecer esse tipo de questão. Eu acho que é relevante, acho que é importante. E eu queria dizer — e aí com absoluta idoneidade — que vejo que há procedência na solicitação dos esclarecimentos, que são necessários.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu vou dar a palavra ao Deputado Luiz Couto. Eu só não sei se nós vamos ter data para a Comissão ouvi-lo.



Se não tiver, nós fazemos um grupo de Deputados, e aí se reúnem com o Ministro, se for o caso.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Só seria conveniente que o Relator nos acompanhasse, porque se o Relator entender que a mensagem do Ministro é no sentido de resolver essa questão, que conste no relatório dele, que seja incluído no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho que seria uma boa idéia.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu ia exatamente, Deputado Fraga, me dispor a auxiliar no sentido de viabilizar que essas respostas cheguem, porque elas são necessárias e deverão inclusive, pelo menos parte delas, integrar o nosso relatório, o nosso raciocínio. Então, eu acho que a sugestão do Deputado Moroni Torgan fica bem encaminhada. E eu acompanharei aí as diligências nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Luiz Couto com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nesse sentido, Sr. Presidente, nós já ouvimos aqui o chefe que faz o registro; já esteve aqui também o representante do Exército, o general que faz a fiscalização; e também a Polícia Federal, o responsável pelo registro das armas, também já esteve aqui. Então, eu acho que eles é que têm no dia-a-dia essas informações.

Então, eu acho que seria muito mais uma ida lá, com o Ministro e o Diretor-Geral da Polícia Federal, porque não vamos ter tempo suficiente para ouvi-los aqui, uma vez que nós temos outras demandas ainda que devem ser importantes na investigação. Mas vamos votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado.

Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu acho que o requerimento do Deputado Fraga ia ser muito importante. Se não tiver data, vamos ajustar aí, mudar até o depoimento, porque esta é uma CPI, e a CPI é o foro que pode permitir que o Ministro esteja presente. Se for convidado em qualquer outra Comissão, vai dizer que não tem tempo e não pode. Aqui ele será obrigado a vir. Então, vamos ajustar a nossa data e, aprovado o requerimento, obrigá-lo a vir aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tem problema. Eu acho que está todo mundo favorável a que isso aconteça.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - V.Exa. faz o convite a ele, dizendo que é importante a presença dele. Se não houver uma forma, uma data, por causa do prazo, aí nós vamos apelar. Mas o correto... seria até bom que ele viesse aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É um convite.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Um convite. Tenho certeza que o Ministro Márcio não vai se negar a vir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sem dúvida. Eu acho que é interesse dele, inclusive.

Encerrada a discussão, coloco o requerimento em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 231, de 2006, do Sr. Neucimar Fraga, que “*requer seja convocado o advogado Noel José Ornelas, que foi preso no dia 26 de maio de 2006, em flagrante, quando tentava entrar na Penitenciária Regional de Colatina, Espírito Santo, com maconha e celular escondidos para entregar ao seu filho*”.

Volto ao problema das datas, mas, se tiver algum problema, nós vamos pedir pelo menos que a diligência seja feita nesse sentido.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 232, de 2006, do Sr. Neucimar Fraga, que “*requer seja convocado o Sr. Hugo Bezerra da Silva, suspeito de fornecer armas para os ataques da facção criminosa PCC no Estado de São Paulo*”.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a palavra ao Relator, para que ocupe a Presidência temporariamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Requerimento nº 233, de 2006, do Sr. Moroni Torgan, que “*solicita a prorrogação do prazo de funcionamento*



da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas por mais 11 dias".

Com a palavra o ilustre Presidente Moroni Torgan.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - É uma necessidade a prorrogação, inclusive uma necessidade da relatoria, para que possa fazer seu trabalho e compilar o trabalho de todos os Sub-Relatores e, ao mesmo tempo, terminar o relatório. Então, atendendo a essa solicitação da relatoria, o Presidente é favorável.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só uma informação quanto ao requerimento: termina o prazo quando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Vinte e quatro de junho.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Dia 24 de junho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, estamos pedindo até o dia...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Seriam mais 11 dias, até o dia 5 de julho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por que não pedimos até o dia 15, que é o dia em que há o recesso? Para ter mais um tempo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que o Presidente Aldo não quer autorizar mais do que isso.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, eu quero concordar também. Eu acho que agora, na reta final, surgiram fatos novos importantes e nós não podemos perder esse tempo. Agora, nós temos que aprofundar algumas investigações. Eu, a mando do Presidente Moroni Torgan, estou fechando uma outra, aquela solicitação, e é bem provável que aconteça nos próximos dias. Estou aguardando uma resposta, e esse prazo mais dilatado vai-nos dar a possibilidade de fazer uma coisa mais apurada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu só queria lembrar: vamos aprovar esse prazo que está acordado e que o Presidente Aldo admite. E depois de garantir o dia 11, tentar ampliar mais. Mas até o dia 11 está garantido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Pois não, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Nós solicitamos esse prazo.

Na reunião que nós tivemos com o Presidente Aldo, nós não solicitamos nenhum dia



a mais, nenhum dia a menos do que a data do dia 5. Essa foi a nossa solicitação, que foi prontamente atendida pelo Presidente da Casa.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como estão, os que discordam se manifestem de outra forma. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Requerimento nº 234, de 2006, do Deputado Paulo Pimenta, que *“solicita seja convidado o Sr. Francisco Carlos Garisto, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós já ouvimos várias entidades, várias instituições nessa fase final de elaboração do trabalho. Há algumas entidades que eu tenho interesse em ouvir, a FENAPEF é uma dessas entidades, e o requerimento ainda não foi aprovado. As demais, todas já estão aprovados os requerimentos e vão estar presentes na proposta de cronograma que eu irei apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tá bom. Ao término, nós temos um requerimento que será feito de forma reservada para preservar a testemunha.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Pela ordem. Eu tenho um requerimento extrapauta. Eu queria consultar V.Exa. e a Comissão se é possível colocá-lo extrapauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu coloco em discussão a possibilidade de colocar extrapauta o requerimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Regimentalmente, tem que ter votação nominal extrapauta, Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O meu não foi votado ainda, Presidente; não foi votado o meu ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem razão, o Relator tem razão. Então, em discussão a convocação, o convite ao Sr. Francisco Carlos Garisto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.



Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu queria fazer duas solicitações a V.Exa. A primeira delas é que a Mesa desta CPI oficiasse ao Presidente da Câmara o episódio ocorrido com o funcionário terceirizado. E que nós não tenhamos mais funcionários terceirizados em funções de confiança, para que a Câmara não passe o ridículo igual ao que passou no caso do funcionário Arthur Vinícius Pilastre, que vendeu a fita para os advogados Maria Cristina Rachado e Sérgio Weslei da Cunha. Então, que a Mesa tomasse as providências e oficiasse no sentido de que funcionários terceirizados não estivessem mais ocupando cargos de responsabilidade.

E a segunda, Sr. Presidente, é que na quinta-feira nós tivemos aquele episódio do advogado Sérgio Weslei da Cunha. Na sexta-feira, ele manda um *e-mail* para a Câmara com a seguinte *"Manchete dos sonhos: Um Deputado contraiu febre aftosa. Será preciso abater todo o rebanho"*. Sr. Presidente, o próprio advogado fez isso. Está aqui, num *e-mail* do dia seguinte. Acho que a Mesa tem que tomar alguma providência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sem dúvida. Eu acho grave. Inclusive, tem uma ameaça implícita aí. Então, é algo que eu vou pedir depois à Assessoria Jurídica para avaliar qual a tipificação que poderia ser colocada, e confirmar a origem desse *e-mail* oficialmente, porque realmente é algo bem afrontoso. Tem V.Exa. razão em fazer esse alerta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu dou a palavra ao Relator, agora, para dar uma idéia à Comissão de todo o calendário restante da CPI até o dia da votação do relatório. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós fizemos um planejamento que pretende trabalhar com a idéia de apresentação do relatório final no dia 3 de julho, garantidas as 48 horas para pedidos de vista, ajustes e tudo o mais. Então, o prazo final da CPI será no dia 05 de julho e a apresentação final do relatório no dia 03 de julho. Trata-se de uma segunda-feira. Será apresentado na segunda-feira, ao final da tarde, para que os Deputados tenham a terça e a quarta, caso for necessário, tempo para emendas, sugestões, colaborações e assim por diante.



Então, o calendário é o seguinte: no dia 06, terça-feira da semana que vem, nós temos, às 11h da manhã, a reunião com o Conselho Federal da OAB. Fechamos ontem com o Presidente Busato. Terão vários representantes da OAB...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Todos os Estados?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...de todos os Estados. O encontro ocorrerá na sede da OAB, às 11h da manhã.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Não será aqui, será lá?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eles nos convidaram para ir lá, vai estar todo o Conselho reunido. Vamos participar junto da reunião do Conselho.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Mas é uma audiência da CPI ou como é?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Uma reunião por conta do Conselho.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...da CPI com a OAB. Assim como nós vamos ao Conselho Nacional de Justiça. Depois, se nós acharmos que é necessário que ele venha numa audiência, não tem problema nenhum, mas nós achamos que seria interessante ter a oportunidade de falar com todos os Conselheiros ao mesmo tempo.

À tarde, na terça-feira, nós vamos ouvir o SINDIRECEITA e a FENAPEF, 2 sindicatos que mostraram interesse e prepararam propostas para o trabalho deste Relator.

No dia 7 de junho, na quarta-feira, eu solicitei que fosse agendado com o Secretário da Receita Federal e a sua equipe para discutir o controle da fronteira. E no dia 7 nós temos ainda uma testemunha, que foi sugerida pelo Presidente, que será ouvida de maneira reservada.

Dia 8 de junho, nós vamos colher um depoimento em São Paulo.

Na outra semana, eu vou trabalhar com os Sub-Relatores. Prazo de entrega final do trabalho dos Sub-Relatores: dia 14 de junho. Delegado Dornelles, Manoel, vamos oficiar a todos os Sub-Relatores. Quatorze de junho. Após 14 de junho, nós não receberemos nenhum sub-relatório.

Dias 19 e 20 de junho, vamos a Pernambuco, Deputado Raul, para fazer uma série de diligências relativas à questão do Nordeste.



Dia 27 de junho, nós participaremos da reunião com todos os Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, Colégio dos Presidentes de Tribunais de Justiça.

Dias 29 e 30 de junho, nós faremos as diligências na tríplice fronteira, Foz do Iguaçu.

Então, esta é a proposta de calendário. Evidentemente, temos aqui uma margem para ajustar alguma coisa que tenha sido aprovada e que a gente queira incluir, mas esse calendário aqui ficaria aprovado como calendário, roteiro definitivo do trabalho da CPI até o final, dando tempo para que os Deputados se planejem, se programem e assim por diante.

Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Estou de acordo, se precisar de qualquer ajuste...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo. Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tem alguns problemas. Normalmente, algumas convenções acontecem 29 e 30 de junho, e nós vamos ter que recolher documentos para entregar para a inscrição dos nomes. E é dia 3, porque 30 é uma sexta-feira e não teremos como. Então, na segunda-feira é que teremos esse tempo para fazer. Então, acho difícil que nós tenhamos aqui na segunda-feira Parlamentares, uma vez que é importante na apresentação termos o maior número de Parlamentares, mas há o problema legal, que é da Justiça Eleitoral, que nós temos até o dia 5 para o registro das candidaturas, entregar documentação aos partidos para que eles façam o registro. Então, levantaria essas duas questões, 29 e 30, que são convenções dos partidos, e aí o diretoriano tem que participar, e o dia 3 como o primeiro dia que teremos para ter documentos para entregar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Permita-me, Deputado Luiz Couto. Acho que a questão levantada é pertinente, porém, não tem mais datas. Quer dizer, 29 e 30 iria quem justamente tivesse feito as convenções antes. Aí nós mandamos um grupo para lá, porque não precisa ir toda a CPI para lá. Mas nós faríamos a diligência em Foz, logicamente com quem não tem as convenções marcadas para 29 e 30. E V.Exa. tem razão em levantar o problema, porque são os 2 últimos dias para realização de convenções. E dia 3, porque o nosso prazo é dia 5. Então, só dá para fazer dia 3, porque se qualquer um pedir vista tem que ter 2 dias para poder votar no dia 5 e, de repente, qualquer um pode pedir vista. Então, é



complicado: ele terá que apresentar o relatório dia 3, de repente, se houver um acordo total, a gente vota dia 3, se não houver o acordo, dia 5 a gente vota. Então, fica meio sem problema.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A minha idéia, Sr. Presidente, inclusive, é trabalhar da mesma forma que nós trabalhamos até agora e oportunizar que no dia 4 a gente possa fazer ajustes, sugestões levantadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E dia 5 fazer a votação final do relatório. Infelizmente, nós vamos ter que atropelar, porque o mês de junho é complicado. Não é fácil o mês de junho.

Agora, deixa eu colocar a questão do dia 8, que pode ser um pouco polêmica, que é oitiva do chefe da organização criminosa. Dia 8, recebi solicitação, tanto da Justiça, quanto da Polícia, do pessoal vinculado às autoridades de São Paulo, que nos garantem toda a segurança no presídio de Presidente Bernardes; se fosse possível, nós realizaríamos essa audiência dentro do presídio, o que não daria transtorno para todo o Estado de São Paulo. Como nós tínhamos definido que seria no Fórum da Barra Funda, eu tenho que colocar para o Plenário, para o Plenário se colocar para uma posição diferente nesse sentido.

Quero dizer da minha vontade. Para mim, não faz diferença onde ouça. Nós temos que ouvi-lo por uma questão de obrigação legal. Ele é o chefe da maior organização criminosa de tráfico de armas do País. Se nós somos da CPI de Tráfico de Armas, nós temos que ouvi-lo. Então, temos a obrigação legal de ouvi-lo, senão ficaria até ridículo a CPI se omitir.

Mas eu gostaria de ouvir todos e depois colocar em votação.

O primeiro inscrito é o Deputado Arnaldo Faria de Sá; o Deputado Raul Jungmann é o segundo; o Deputado Alberto Fraga e o Deputado Colbert Martins também.

Mais alguém gostaria de falar? (*Pausa.*)

Então, com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, a questão do Fórum da Barra Funda foi votada, não foi escolha de livre decisão da Mesa. Só uma nova votação poderá mudar o local. Na verdade, eu vou usar essa questão regimental porque eu não quero que mude o local. Quero que continue o Fórum da



Barra Funda. Se o Secretário de Segurança e o Secretário de Administração não podem dar garantia de um preso, como podem dar garantia de 140 mil presos?

E lembro um detalhe. No dia da confusão em São Paulo, o Marcola estava no DEIC e foi transportado para Presidente Bernardes, e ele era oriundo de Avaré.

Então, essa questão de mais dificuldade, menos dificuldade, se não pode ser dia 8, tem de ser dia 7 ou ser dia 9. O dia que for não tem problema, mas tem de ser no Fórum da Barra Funda. Eu não concordo que seja no presídio, não, até porque nós temos de acabar com essa idéia de que ele é a pessoa que coloca tudo em risco. Não pode ser assim, Presidente! Nós temos de mostrar para a sociedade que há alguma condição mínima de as autoridades imporem sua vontade em relação a esse preso.

Portanto, não concordo com a mudança. Se for a voto, votarei contra; e sem voto, eu não concordo que seja mudado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - V.Exa. tem razão. Por isso, estou colocando em discussão e vou colocar em votação também.

Deputado Raul Jungmann com a palavra.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Sr. Presidente, no dia mesmo ou no dia seguinte... Queria pedir a atenção do Deputado Neucimar e do Deputado Fraga para essa questão e ponderar o seguinte: no mesmo dia em que nós tomamos a decisão aqui de fazer na Barra Funda, ou no dia seguinte, eu travei um prolongado debate na *Jovem Pan* defendendo o nosso ponto de vista. E o debate, Perpétua, ficou, inclusive, áspero. Nesse debate, acho que era o Nelo Rodolfo quem estava do lado de lá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Um ex-Deputado.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Um ex-Deputado, eu não sabia. E eu defendendo veementemente a posição desta CPI. E tenham vocês certeza, Moroni e Pimenta, de que foi um embate duro, foi um embate sem desrespeito de parte a parte, mas foi muito áspero e muito duro. E eu defendi, até o fim, a posição: "*Vamos fazer em Barra Funda*". E não vou repetir os argumentos aqui. Só que, depois, Arnaldo, eu me dei conta, inclusive voltando a São Paulo, de um detalhe que eu queria trazer à ponderação de todos aqui.

Eu tenho o mesmo posicionamento de Arnaldo: bandido, não se deve dar a ele santuário; bandido não pode inverter a lógica e você ter que, digamos assim,



seguir os seus ditames; bandido não pode dobrar um poder às suas vontades. Quanto a isso, o Arnaldo está coberto de razão, e eu defendi o mesmo ponto de vista dele. Porém, Arnaldo, o que me tocou? Quando eu percebi que a população de São Paulo ainda vive um clima de muito medo, terror e trauma. Ou seja, o que estava por trás daquele debate? Era o seguinte — claro, o ponto de vista errado: não mexe no Marcola, porque vai dar problema. Eu digo: “*Não, isso não*”.

Agora, tem um outro ponto de vista que me sensibilizou e eu queria trazer aqui aos meus companheiros, que é o seguinte: a população de São Paulo pode entrar num estado de pré-pânico. Trazer o Marcola para a Barra Funda, Arnaldo, vai-se transformar num fato mediático avassalador. E sabe Deus, quem viveu São Paulo e as narrativas de São Paulo pela Internet o medo, as ruas vazias, o pavor e tudo o mais que houve. Eu acho que nós não temos o direito... Eu não concordo, de maneira nenhuma, e o Arnaldo está coberto de razão, que a gente vá se dobrar, mas a população de São Paulo nós temos de considerar — entendeu, Perpétua? Então, eu não acho que aquelas pessoas que foram traumatizadas, eu não acho que aquelas pessoas que foram amedrontadas... Eu acho até que, pela lógica, o nosso ponto de vista prevalece indiscutivelmente e que fique bem claro que não existe qualquer rendição ao Marcola nem atendimento ao desejo de Marcola nem medo de Marcola. Agora, a população do Estado de São Paulo, Fraga, Neucimar, aí, eu vou ser muito franco a vocês, isso me tocou profundamente. Eu, que fiz a defesa duríssima do ponto de vista de todos nós aqui, fui para o confronto, vou agora pedir uma reconsideração. Vou pedir uma reconsideração em nome do pavor, do medo, do trauma da população paulistana. E nós devemos ser sensíveis exatamente a esse sentimento das famílias das pessoas que viveram aqueles dias lá. Eu acho que não cabe a nós provocar isso. Essa a ponderação que eu faço ao Arnaldo e aos demais companheiros. Jamais, Arnaldo, tenha certeza, concordando ou nos dobrando ao ponto de vista do Sr. Marcola e de qualquer organização terrorista, mas aos sentimentos da população de São Paulo, eu sou, com franqueza, sensível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Deputado Alberto Fraga é quem tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A Deputada Laura gostaria de fazer um esclarecimento. V.Exa. permite?



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É apenas um esclarecimento em função de uma ordem que V.Exa. me deu. O senhor me permite?

Sr. Presidente, eu fui chamada em virtude de... acho que a discussão é onde fazer a oitiva do preso. Na verdade, V.Exa. me determinou, na quarta-feira, que entrasse em contato com o Governador e, depois, com o Dr. Saulo. Eu cumpri a sua determinação, como sempre, e conversando com o Dr. Saulo, ele explicou que era impossível fazer fora do presídio em virtude de sinais que são feitos mesmo no fórum ou em outro setor. Então, para o trabalho que eles estão desenvolvendo, e não podia me explicar detalhes, é óbvio, por telefone, ele pediria que fosse feito em Presidente Prudente. E explicou, inclusive, que existem duas formas de viagem, que foi o que, na verdade, V.Exa. me encarregou de perguntar: ou se vai até Presidente Bernardes, existe um vôo, mas que pára em 3 cidades, tem 3 escalas, que é um vôo da Pantanal, e, depois, se vai até Presidente Bernardes, que são mais 70 quilômetros via carro, e seriam acompanhados pelo Governo do Estado; ou num avião, que o Governo do Estado poderia disponibilizar, que apenas recebe 8 pessoas.

Queria, de antemão, Sr. Presidente, dizer que, a exemplo do que já tinha dito desde o primeiro momento, eu não comparecerei ao presídio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu quero dizer que nós conversamos com o Presidente Aldo, ele vai fazer gestões no sentido de pegarmos um avião aqui em Brasília, descermos em Presidente Prudente e irmos...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Presidente Bernardes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, mas o avião desce em Presidente Prudente e depois vai.

Deputado Alberto Fraga.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, confesso a V.Exa. que ouvir o Marcola eu não tenho nenhum receio, onde quer que seja, agora, viajar num avião da FAB, eu tenho. Talvez eu vá declinar do convite, porque quando me disseram que é um Bandeirante, do jeito que eu gosto de avião, já estou tremendo a partir de agora.

(Não identificado) - E de "Aerolula"?

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - De "Aerolula" talvez eu vá tranqüilo.
(Risos.)



Sr. Presidente, embora comungue em muitas coisas junto com o Arnaldo, temos pensamentos iguais, mas eu, V.Exa. e os componentes desta Comissão sabemos que, desde o início, defendi que o Marcola fosse ouvido lá dentro e o próprio Relator Paulo Pimenta, desde o início, defendemos que ele tinha de ser ouvido lá dentro. E é evidente que não se trata aqui de ter medo ou qualquer outro tipo de coisa do Marcola. As colocações do Raul Jungmann precisam ser levadas em conta. Eu acho que hoje o estado de pânico da população paulista é muito grande e, na verdade, nós não temos esse direito de mexer com o bem-estar das pessoas. É simples o quadro. Se porventura não acontecer nada, ótimo! Vai ter até quem diga que a CPI foi lá em busca de holofote, e os Parlamentares desta Comissão certamente não precisam, porque a maioria deles aqui já possui certa desenvoltura na imprensa. Agora, se alguma coisa sair errada, aí, eu tenho dó do que vai acontecer com a nossa CPI e até mesmo com a nossa imagem, porque se der uma tragédia, se der qualquer coisa errada, nós é que colocamos a população em risco desnecessário.

Por isso, Sr. Presidente, embora eu concorde em parte com o que o Arnaldo falou, concordo com o que o Jungmann falou, eu me sinto à vontade de defender a oitiva dele lá, dentro do presídio, porque lá ele não terá os holofotes que ele e toda a população carcerária estão esperando para ele dar seu *show* habitual. E se alguém teve dificuldade de interpelar aquele doutor, aquele advogado, lá, o Sérgio, olha... O Marcola — nós já tivemos contato com o Marcola — é muito mais inteligente do que todos os que já vieram aqui. Portanto, é até melhor que não haja esse tipo de coisa, para que nós, até mesmo, não entremos no jogo deles. Por isso, eu vou ficar, infelizmente, contra a posição do Arnaldo e defender que seja votado e que ele seja ouvido lá, dentro do presídio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Deputadas, eu não participei da definição, aqui, com relação à oitiva do Sr. Marcos Camacho e acredito que nós devamos ter um cuidado grande. Agora, entendo também que pouco vai acrescentar essa oitiva, duvido muito que algo seja acrescentado com uma conversa dessa, mas há uma decisão da Comissão de fazê-lo, e, ao fazê-lo, eu acho que nós devemos expor o mínimo possível a população de São Paulo, que se encontra absolutamente traumatizada quanto a



novos riscos. Eu não me entendo, de nenhuma forma, como covardia ou como medo ouvi-lo onde quer que seja. Portanto, entendo com naturalidade que, se existem riscos no deslocamento desse preso, a oitiva possa ser feita na penitenciária onde ele se encontra.

Acredito, Deputado Moroni Torgan e Sras. e Srs. membros desta Comissão, que é preciso entender que está se tratando com uma pessoa de altíssima periculosidade. Portanto, as maneiras de proteção aos membros da Comissão que irão, tanto quanto à população de São Paulo e quanto ao próprio preso, deverão ser todas elas muito ponderadas. E acho que, como o objetivo é ter uma oitiva com esse preso, que isso possa ser feito no local onde for mais seguro para todos — para quem vai da CPI e para a população do Estado como um todo.

Então, Sr. Presidente, se for necessário votar — e eu espero que não seja necessário, até porque se trata de situação na qual uma nova ponderação pode ocorrer —, eu espero que nós possamos ouvi-lo onde ele está.

E quero discordar do meu amigo Deputado Alberto Fraga, quando fala com relação à segurança nos aviões da Força Aérea Brasileira. Eu já voei muito bem nos aviões da Força Aérea Brasileira, nos helicópteros do Exército lá na Amazônia, por algumas vezes, e nos Bandeirantes aonde a Força Aérea vai e os mantêm com toda a qualidade. Discordo de V.Exa. Se nós pudermos devemos fazer esse vôo com a FAB saindo daqui de Brasília, que é a melhor forma de ficar mais perto do destino.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Deixem-me concluir. E esperar que o Deputado Fraga, num futuro próximo possa, no “aerolula”, ao ser convidado — espero que o Presidente ouvindo, aí, possa convidá-lo urgentemente — matar essa saudade enorme que ele tem do *airbus*.

Um abraço, Sr. Presidente.

Obrigado.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Tem de parar de falar mal do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Deputado Colbert.

Pergunto se a Deputada Laura gostaria de usar da palavra.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, V.Exa. sabe que, desde o começo, eu disse que achava uma tragédia a Câmara dos Deputados ter de ir a um presídio, e já disse, de antemão, que não ia. Mas, quero dizer a V.Exa. que é uma ponderação do Secretário de Segurança, que tem a responsabilidade da segurança da população de São Paulo! E acho que esse é o maior motivo. Eu acho que não... Eu não seria capaz, embora minha posição inicial fosse diferenciada, de me contrapor a uma posição do Secretário de Segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, eu acho que não tem por que fazer cavalo de batalha em torno disso. Então, eu resolvi falar porque vi muita insistência aí. Mas foi um pedido do Secretário, e eu acho que, quando o Secretário de Segurança Pública de um Estado como São Paulo faz um pedido desse, é óbvio que ele não está preocupado com o que o Marcola pode, o bandido pode fazer ou deixar de fazer neste momento. Ele está mais preocupado é com o efeito disso na cabeça da população da cidade. Eu acho que ele está agindo de forma correta. E nós não temos por que ter preocupação se vai ser no Fórum ou se vai ser no presídio. O que nós temos de evitar — e, aí, acho acertadíssimo — é o palco para um bandido. Isso nós temos de evitar. E, claro, agirmos com a maior discrição possível. Aliás, eu estou estranhando, porque nós havíamos feito uma combinação entre nós de que a data do depoimento do suposto bandido, lá, não seria divulgada. Todo o mundo já sabe, não tem mais como evitar isso. Mas claro que nós vamos saber usar da discrição necessária e da firmeza necessária.

Sr. Presidente, já que vamos ao presídio, que tirássemos alguns minutos, no antes ou no pós-otiva, para que nós conhecêssemos também quais são as condições do presídio. Que presídio é esse que oferece condições de ficar fazendo teleconferência pelo celular? Quais são as reais condições do presídio? Eu acho que é oportuna a nossa ida ao presídio, até para que possamos conhecer o presídio de segurança máxima que está guardando bandidos perigosos, mas que conseguem fazer teleconferência por celular e fazer o estrago que fizeram. Eu acho que a gente precisa aproveitar e fazer essa outra parte que acho necessária.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Apenas para dizer, para complementar a informação dada pelo Sr. Secretário, que inclusive a reunião dos Parlamentares se fará na sala que é separada por vidro. Ou seja, os Parlamentares não entrarão propriamente dentro das celas, vai ser feito no parlatório, onde se faz com os advogados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom.

Eu dou a palavra ao Deputado Luiz Couto, que é o penúltimo inscrito.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, a minha posição era de que ouvíssemos o Marcola aqui, mas foi derrotada. Bandidos mais perigosos já foram ouvidos aqui e não houve qualquer insegurança.

Eu acho que o Alberto deve estar aperreado, porque andou nos teco-tecos da Polícia. (*Risos.*)

Mas, Sr. Presidente, é o seguinte: nós achamos que o Secretário da Administração Penitenciária não coloca como razão a questão da segurança ou os problemas do povo de São Paulo. Mas é que a Secretaria de Administração Penitenciária não teria condições de trazê-lo para a Barra Funda. Ou seja, essa é a justificativa que ele coloca. Se a justificativa é a questão de segurança para a população paulistana, é outra coisa. Agora, o que ele diz é que não tem condição. E, aí, eu concordo com o Arnaldo dizendo o seguinte: se ele não tem condição de trazer um preso para ser ouvido num fórum, como é que ele vai poder dar segurança para que outros presos fiquem no presídio? Mas acho que nós vamos levar a Comissão para Presidente Bernardes; e o Marcola, esperto como é, vai fazer a mesma coisa que o Comendador Arcanjo, não vai responder nada, e nós vamos perder energia, tempo e recurso para isso aqui. Porque na realidade....Esse é o argumento que tenho.

Daí, eu proponho, inclusive, para não ter tantos gastos aqui, que pudesse o Relator, o Presidente e mais um outro Parlamentar irem lá e ouvi-lo, em vez de levar toda a Comissão. Porque nós sabemos que, efetivamente, como ele está preparado, ele não vai responder nada daquilo que possa incriminá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O último inscrito, Deputado Neucimar Fraga. Depois, passaremos à votação.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós sabemos que este depoimento do Marcola não foi aprovado



após o problema que estourou da violência em São Paulo. Esta CPI já está investigando o crime organizado há mais de um ano. Nós já ouvimos diversos membros do PCC aqui nesta Comissão. Nós já temos linha de investigação que liga o PCC às FARC colombianas. Inclusive, 2 membros das FARC colombianas já foram ouvidos aqui nesta Comissão. Ontem foi presa uma peruana acusada de fornecer armas para os ataques do PCC. Segundo investigações, tem ligação também com as FARC colombianas. Esse depoimento do Marcola... é claro que nós sabemos que ele está bem orientado, até porque ele tem advogados demais. Os advogados, com certeza, devem tê-lo orientado bastante para esse depoimento. Mas nós não queremos ouvir do Marcola somente as informações que possam incriminá-lo. Nós sabemos que seria impossível um homem como o Marcola ter o comando dos presídios paulistas sem a participação de membros da Polícia, da Justiça e até da Administração Penitenciária de São Paulo. Nós seríamos muito inocentes de acreditar que o Marcola comanda tudo isso em São Paulo sem a conivência de representantes tanto do sistema penitenciário, quanto da Justiça, quanto da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Nós queremos do Marcola é informações que possam orientar a CPI para continuar investigando até para incriminar outras pessoas, porque ele já está incriminado e já tem cadeia suficiente para tirar. O que a CPI quer é descobrir, a partir de depoimentos de Marcola e de pessoas que convivem e se relacionam com o Marcola, quem são as outras pessoas que dão sustentação ao PCC de São Paulo. Porque o PCC não é sustentado somente por aqueles que estão fora da lei. Com certeza, nós temos muitas pessoas usando patentes da legalidade, dando sustentação às ações violentas do PCC.

Entendemos perfeitamente a colocação do Deputado Arnaldo Faria de Sá, mas nós estamos ponderando, com base também na fala do Deputado Raul Jungmann e do Deputado Alberto Fraga. Eu acho que nós temos que ter realmente muita prudência não por causa do Marcola, mas em respeito à população de São Paulo. E eu acredito que ouvi-lo na Barra Funda, ouvi-lo no presídio, ouvi-lo aqui na Câmara — eu achei até estranho os representantes da Casa se manifestarem quanto às reações que a Casa poderia sofrer com a presença do Marcola, o que eu achei um absurdo também... mas eu acredito que não importa onde vamos ouvir o Marcola: se é aqui na Casa, se é na Barra Funda, se é no presídio de segurança



máxima. A CPI tem que ouvi-lo e ouvir também outras pessoas próximas ao Marcola, para que nós possamos avançar nas investigações contra o PCC e as demais facções criminosas que estão tomando conta do Brasil.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quero, em primeiro lugar, Sr. Presidente, registrar e acolher como proposição também deste Relator a sugestão da Deputada Perpétua. Que nós solicitássemos aos dirigentes da penitenciária, às Secretarias de Segurança do Estado de São Paulo que preparassem as comissões para uma espécie de inspeção, uma visita desta CPI a esse estabelecimento, para que possamos, *in loco*, observar algumas questões.

Aliás, é muito importante, Manoel, que cheguem as respostas daquele requerimento aprovado na semana passada para a Secretaria do Sistema Penitenciário Paulista, que diz respeito às condições, às regras das visitas dos advogados, à listagem de visitas que foram realizadas neste último período. São documentos importantes para o nosso relatório.

Portanto, eu acho que essa sugestão da Deputada garante, Padre Couto, que em qualquer hipótese nós possamos ter pelo menos um dos objetivos da viagem cumprido, que é conhecer de perto uma dessas penitenciárias. E isso já era um objetivo, desde o início, desta Comissão.

Em segundo lugar, eu quero só, como Relator, dizer a minha opinião. Eu não acho que tenha qualquer diferença para nós o local onde vamos ouvir o preso. Aliás, se não fosse necessário, inclusive não deveríamos ouvi-lo. É muito mais por uma questão de natureza processual. Agora, tendo um documento, uma manifestação da Secretaria de Segurança do Estado, da Secretaria Penitenciária alegando, apresentando argumentos para que não se faça uma movimentação, eu não vejo como esta Comissão teria justificativa para contrapor uma opinião, uma sugestão de quem está ali diretamente no dia-a-dia, tratando não só do sistema, mas do próprio momento que vive a população de São Paulo.

Então, como Relator, de minha parte não há nenhum problema de ouvir o apenado dentro do próprio presídio. E quero me manifestar, portanto, favorável a que nós tomemos essa decisão, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu só queria deixar registrado um protesto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Antes mesmo da definição, da decisão, o Relator quer conduzir a decisão, quando já quer incorporar uma sugestão da Deputada Perpétua, que ela só poderá ocorrer se for derrotada a minha hipótese.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito, perfeito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, a destempo, está colocada a...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - V.Exa. tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem razão V.Exa.

Encerrada a discussão, eu coloco em votação a oitiva do chefe da organização criminosa no Presídio de Presidente Bernardes.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado, com 2 votos contrários.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. A verificação será concedida. E será nominal a verificação.

PT. Titulares:

Deputado Luiz Couto.

“Sim” é que concorda com a oitiva em Presidente Bernardes; “não” é que faz questão da oitiva anterior, que seria no Fórum da Barra Funda.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - “Não”.

Eu peço à Secretaria que tome nota dos votos.

Deputado Odair Cunha.

O SR. DEPUTADO ODAIR CUNHA - Vou votar com o Relator, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - “Sim”.

Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - “Sim”.

Ainda tem uma vaga no PT. Se tiver algum dos suplentes...



O SR. PAULO PIMENTA - Nossa Assessoria está aí?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - PMDB:

Deputado Gervásio Oliveira. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Mauro Lopes. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Nelson Trad. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Alberto Fraga, Bloco PFL/PRONA.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - "Sim".

Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - "Sim".

Deputado Moroni Torgan, na Presidência. Mas meu voto é a favor do Relator.

Deputado João Campos. S.Exa. estava aí. Vejam, por favor, se está aí.

(*Pausa.*)

Deputado Carlos Sampaio. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Nilton Baiano. (*Pausa.*)

Deputado Reginaldo Germano. (*Pausa.*)

Deputado Arnaldo Faria de Sá, do PTB.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - "Não".

Deputado Coronel Alves. (*Pausa.*)

Deputado Neucimar Fraga.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Voto "sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - "Sim".

Do PPS:

Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - "Sim", com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - "Sim".

Do PSB:

Deputado Josias Quintal. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Paulo Baltazar. (*Pausa.*) Ausente.

Do PDT:



Deputado Pompeo de Mattos. (*Pausa.*) Ausente.

Do PCdoB:

Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - “Sim”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - “Sim”.

Deputado Edson Duarte, do PV. (*Pausa.*)

Vou chamar agora os suplentes.

Do PT, 1 suplente:

Deputado Antonio Carlos Biscaia. (*Pausa.*) Ausente.

Deputada Iriny Lopes. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado José Eduardo Cardozo. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Zico Bronzeado. (*Pausa.*) Ausente.

Do PMDB:

Deputado Cabo Júlio. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Gilberto Nascimento. (*Pausa.*) Ausente.

Antes de continuar, pergunto se algum Titular não respondeu ao chamado.

(*Pausa.*)

Deputado João Campos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Do PFL:

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - “Sim”, Sr. Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está completo o PFL.

PSDB:

Deputado Julio Semeghini.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está completo o PSDB.

Do PP:

Deputado Francisco Appio. (*Pausa.*)

Deputado Mário Negromonte (*Pausa.*) Ausente.

Do PTB, 1 vaga:



Deputado Luiz Antonio Fleury. (*Pausa.*) Ausente.

Do PL, 1 vaga:

Deputado Medeiros. (*Pausa.*) Ausente.

Do PSB:

Deputado Gonzaga Patriota. (*Pausa.*) Ausente.

Do PDT:

Enio Bacci. (*Pausa.*) Ausente.

Do PCdoB:

Já foi votado.

Do PV:

Deputado Jovino Cândido.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado.

O PP tem vaga para votar.

Deputado Francisco Appio.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - “Sim”. Então, vamos contabilizar os votos: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 votos “sim”; e 2 votos “não”.

Por 13 a 2 foi aprovada a proposta de ser ouvido no presídio em Presidente Bernardes.

Eu gostaria de agora...

Já foi proclamado o resultado, mas o Deputado Nilton Baiano é muito bem-vindo entre nós, sempre.

Sendo aprovada a proposta, dia 8 nós estaremos em Presidente Bernardes para ouvir, então, esse chefe da organização criminosa. Os Deputados — e eu gostaria que hoje, só hoje — podem confirmar a presença nessa oitiva. Já tem uma lista que foi feita anteriormente, e quem quiser ir tem que confirmar a ida nessa oitiva, está bom?

Eu gostaria, agora, de transformar a sessão em sessão reservada para um requerimento que temos de votar. Então, eu pediria que ficassem só os Deputados.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Presidente, antes de V.Exa. transformá-la em reservada...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ... tem outro *e-mail* do Sérgio Weslei, no sábado — aquele que eu falei foi na sexta-feira —, em que ele disse: “*Sabe por que o Marcola não vai depor na CPI, em Brasília? Ele preenche todos os requisitos, só lhe falta o mandato*”. Sérgio Weslei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, realmente ele vem confirmar que a atitude tomada por esta CPI foi totalmente correta, porque ele vem desacatando, inclusive, agora, através de *e-mail*. Eu espero a confirmação desses *e-mails* pela Assessoria, e depois nós vamos tomar as providências.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Pela ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Antes que V.Exa. transforme em reservada a sessão, eu encaminho a suas mãos, Deputado Moroni Torgan, um relatório que fui incumbido de realizar sobre...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu peço atenção.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pode concluir.

A sessão reservada será deliberativa. Então, só quero informar isso.

Pois não, Deputado Colbert Martins com a palavra.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Eu passo a suas mãos, Sr. Presidente, Deputado Moroni Torgan, o relatório que fui encarregado de fazer com relação aos vários países limítrofes do Brasil com relação à questão do tráfico de armas.

Encarregado que fui, passo às mãos de V.Exa. o relatório sobre a Argentina, Deputado Moroni Torgan.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Eu agradeço a V.Exa. e tenho certeza de que o nosso Relator fica mais satisfeito ainda. Assim que a segurança me disser que foi... *(Fim da gravação)*.